

Cartilha de práticas pedagógicas

GEOGRAFIA
Ensino Médio

Epistemologias e desafios no enfrentamento ao racismo na Geografia brasileira

SUSANA DAINARA TERTO
DE OLIVEIRA

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Cartilha de práticas pedagógicas

GEOGRAFIA
Ensino Médio

Epistemologias e desafios no enfrentamento ao racismo na Geografia brasileira

**SUSANA DAINARA TERTO
DE OLIVEIRA**

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Equipe Técnica

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - SEDE
Tarcia Regina da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - SUPEFI
Rodrigo César Barroncas Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL
Companhia Editora de Pernambuco - Cepe

SOBRE A AUTORA

Susana Terto: Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Graduada em Licenciatura de Geografia pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Membro do LaGENTE - Laboratório de Estudos de Gênero, Etnico-Raciais e Espacialidades, da Universidade Federal de Goiás - UFG. susanatero80@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6878569593579485>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Susana Dainara Terto de
Epistemologias e desafios no enfrentamento ao
racismo na geografia brasileira / Susana Danara
Terto de Oliveira. -- 1. ed. -- Recife, PE :
Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-982933-6-9

1. Antirracismo - Brasil 2. Cultura
afro-brasileira 3. Eurocentrismo 4. Educação - Brasil
- Currículos 5. Racismo - Brasil 6. Relações
étnico-raciais I. Título.

24-200871

CDD-371.829

Índices para catálogo sistemático:

1. História e cultura afro-brasileira : Ensino :
Educação 371.829

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Impresso no Brasil 2024
Foi feito o depósito legal

Sumário

Para início de conversa	4
Capítulo 1	
Lei Nº 10.639/2003 – Pressupostos e desdobramentos. Histórias negras para além do 20 de novembro	5
Capítulo 2	
Possibilidades e desafios para uma educação étnico-racial ..8	
2.1 Quais as implicações de um ensino baseado em um padrão branco eurocêntrico?.....	9
2.2 Quais as possibilidades para se trabalhar uma educação antirracista?.....	10
Capítulo 3	
Geografias Negras como possibilidade para uma educação antirracista	11
3.1 Educação e identidade	11
3.2 Mas, afinal de contas, o que são as Geografias Negras e como utilizá-las em sala de aula?	12
Considerações finais	13
Referências bibliográficas	14

Para início de conversa

A Geografia se apresenta como uma ciência preocupada em compreender o ser humano e suas relações com o espaço, e, para além disso, compreender de que forma essa relação social constrói e dinamiza suas dimensões espaciais. É importante considerar o incentivo de uma compreensão sobre essa relação sociedade x espaço de forma crítica e autônoma por parte dos educandos, buscando utilizar a Geografia como ferramenta essencial para interpretação de uma realidade que ainda é desconhecida, porque sofreu um apagamento histórico.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, o indivíduo aprende a enxergar o mundo e a construir suas próprias concepções. E a Geografia possui aporte necessário e essencial para contribuir nesse processo de posicionar-se no mundo enquanto agente social crítico e autônomo. Ela pode ser trabalhada de forma dinâmica e diversa em sala de aula, contribuindo para a construção de referências e identidades dos educandos a partir de conhecimentos e vivências que, historicamente, sofreram um processo de apagamento.

A cada dia, é compreendido que para alcançarmos um verdadeiro entendimento sobre o Brasil, sua diversidade cultural de povos e nações, é necessário um diálogo mais amplo com um lugar que foi base para construção cultural e identitária brasileira, a chamada cultura afro-brasileira, construída na diáspora africana.

Sabendo que a cultura afro-brasileira sofreu e ainda sofre com um intenso processo de apagamento, principalmente dentro das instituições de ensino, é importante pensarmos em formas de dialogar e analisar o processo de formação dessa cultura, em diversidade étnico-racial, pertencimento e pluralismo na formação de povos e nações. Para isso, precisamos dos aportes necessários. No caso do Brasil, há uma lei que obriga que todas as instituições de ensino, privadas ou públicas, insiram em seus currículos o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Você sabe que lei é essa? Não? Vamos descobrir agora.

1

Lei Nº 10.639/2003 – Pressupostos e desdobramentos. Histórias negras para além do 20 de novembro

Na década de 1980, foi promulgada a Constituição Federal, documento que reconhece a pluralidade cultural e étnica, buscando combater a discriminação racial e alcançar a valorização das diversidades étnicas e culturais. Em 1995, foi apresentada à Câmara Federal uma primeira proposta do que viria a ser a lei nº. 10.639/2003, a qual foi arquivada por falta de interesse político. Mas, em 1999, diante de muita pressão do movimento negro, o projeto de Lei nº 259, que antecede a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN, 1996), foi aprovado justamente com o interesse e objetivo de estabelecer a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na rede de ensino.

Diante de uma promessa eleitoral em se comprometer com as causas do movimento negro e com o intuito de encontrar alternativas que acelerassem a superação das desigualdades raciais, em 9 de janeiro de 2003, o presidente Luís Inácio Lula da Silva outorgou a lei nº. 10.639/2003, modificando a lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



VOCÊ SABIA?

Que a lei nº 10.639/2003 não é exclusividade do ensino público? É isso aí! As escolas privadas também têm, por dever, que inserir o ensino de História e Cultura Afro-brasileira em seus currículos.



Tema do ano letivo 2024 da rede estadual destaca diversidade étnico-racial. Fonte: SEE/ Divulgação

A lei, que completou 20 anos em janeiro de 2023, representa, para a educação brasileira, o princípio de marcos legais que criaram a política educacional voltada ao reconhecimento e a valorização da diversidade de identidades, histórias e culturas da população negra brasileira e de seus ancestrais. A lei nº 10.639/2003 representa a culminância dos esforços do movimento negro na efetivação de uma política educacional que considere a participação da população negra na formação histórica e cultural de nosso país. Dessa forma, a referida lei estabelece as di-

retrizes e bases da educação nacional, a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Além disso, estabelece a obrigatoriedade da inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar.



FIQUE ATENTO/A

É importante e necessário, principalmente para educandos afrodescendentes, dar visibilidade e valorização à cultura afro-brasileira durante todo o ano letivo. Não se limite ao dia 20 de novembro, faça diferença e construa uma educação antirracista!

É importante sabermos que a referida lei chegou para romper com a “história única”, recontar fatos, ressignificar conteúdos, termos e conceitos, além de inserir na História do Brasil, de forma positiva, a História daqueles que protagonizaram a construção do país em que vivemos hoje: a população negra e indígena. Pois é, a população indígena também aparece por aqui. Afinal de contas, ela predomina em diversidade cultural e produz saberes.

Esse rompimento de “história única” veio para recontar fatos e ressignificar histórias, contradizendo todo um sistema de herança colonial, que precisa ser confrontado a todo instante. Só assim haverá visibilidade e valorização para essas populações.

Durante décadas o movimento negro buscou a valorização da contribuição da população negra e da cultura africana na formação da sociedade brasileira, nos



VOCÊ SABIA?

Após cinco anos da aprovação da lei nº. 10.639/2003, foi outorgada a lei nº. 11.645/2008 para todo o calendário escolar, com ênfase maior nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Com base em um ensino da história e cultura indígena, a referida lei busca dar uma notoriedade maior à História do Brasil com e por vozes indígenas.

aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Mesmo após 20 anos de criação da lei nº 10.639/2003, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que haja uma verdadeira e plena efetivação da lei nas instituições de ensino.

Em 2014, foi estabelecido pelo Plano Nacional da Educação, prazos e metas para que os currículos de educação básica e formação de professores promovam o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em sua plenitude. Podemos enxergar avanços? Sim! Consideramos que há um caminho percorrido, mesmo que a passos lentos, mas ainda não é o suficiente. Nós, como educadores, precisamos analisar não só as possibilidades, mas também os desafios e formas de enfrentá-los.



PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre a importância na hora da escolha de abordagens e materiais utilizados como referência para os seus educandos, acesse: Adichie, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Palestra proferida no TED Global 2009.

[https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR.](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR)



2

Possibilidades e desafios para uma educação étnico-racial

Finalmente, vê-se uma possibilidade real de valorização dos intelectuais e artistas negros brasileiros na cultura afro-brasileira dentro da realidade do ensino. Apesar disso, há uma distância entre o que se propõe e o resultado final: ainda há muita intolerância, discriminação e racismo no tocante às raízes afro-brasileiras. Essas questões representam um enorme desafio no enfrentamento ao racismo na educação brasileira.

É importante lembrar que, por muito tempo, prevaleceu a ideia de que no Brasil não existia racismo. Construiu-se, dentro da sociedade brasileira, o mito da democracia racial. Considerando que a escola é uma das principais ferramentas na atuação do exercício da cidadania e que dela sairão os principais agentes da luta antirracista, precisamos cobrar de forma efetiva a aplicação de nossa legislação, no que se refere a Lei nº 10.639/2003.

O mito da democracia racial foi construído como uma forma de negar a existência do racismo, pois ofereceu a ideia de que as relações entre brancos, negros e indígenas eram harmoniosas e livres de qualquer tipo de discriminação ou preconceito. O que não é verdade. A escola, enquanto instituição responsável pela formação dos sujeitos, é uma das principais ferramentas para que haja o rompimento desse mito, principalmente no tocante à educação brasileira, que persistiu por muito tempo em uma cultura de privilégios e valorização do ensino branco eurocêntrico. Pensando nisso, é importante nos perguntarmos: Em que esse padrão branco eurocêntrico pode implicar na vida de crianças e adolescentes? Vou te contar mais adiante.



PARA SABER MAIS

“Durante o século 20, a ‘democracia racial’ criou a ideia da harmonia entre as raças no país, mas, na realidade, ela nunca existiu. Vamos conhecer a construção do pensamento da elite do século passado que investiu na imigração e no branqueamento da população, omitindo a contribuição do homem e da mulher negra na formação do Brasil.” *O mito da democracia racial*, Coleção Antirracista. Assista ao documentário:

https://youtu.be/tvBIG_XG2Lw



2.1 Quais as implicações de um ensino baseado em um padrão branco eurocêntrico?

- O padrão branco eurocêntrico, em especial o de beleza, permanece no imaginário popular, principalmente dos educandos afro-brasileiros. São estereótipos aos quais eles são direcionados e submetidos. Por muito tempo, os livros e materiais didáticos estenderam um tapete vermelho de privilégios para o padrão branco: o que não é do negro é enaltecido e tudo que é e vem do negro é tratado de forma pejorativa.
- Sabemos que enfrentar e combater o racismo na escola não é uma tarefa fácil e simples, considerando que esse não é um problema único e exclusivo do ambiente escolar. Mas, sabemos também que é um passo importante e necessário na superação do racismo na sociedade combatê-lo e enfrentá-lo na escola. Portanto, atente-se para as novas possibilidades de se construir uma educação antirracista.

2.2 Quais as possibilidades para se trabalhar uma educação antirracista?

- Promover a manutenção da aproximação entre livros e estudantes;
- Promover a aproximação da leitura do público de estudantes negros que desconhece uma literatura que lhe apresenta de forma afirmativa;
- Possibilitar atividades pedagógicas com o uso de uma produção que sempre esteve fora dos currículos e planejamentos de cursos e aulas que são as literaturas negro - brasileiras;
- Aplicar de forma plena a lei 10.639/2003 por meio de instrumentos didático-pedagógicos que ajudem a dar visibilidade e a valorizar a cultura e história dos africanos no Brasil e seus descendentes, aproximando duas áreas de conhecimento dentro de uma perspectiva ser - espaço - tempo;
- Promover aulas que apresentem discussões sobre conhecimentos que até então não faziam parte da vida dos estudantes, dos currículos escolares. Os alunos precisam ter acesso a conteúdos que contam as histórias dos seus grupos de pertença;



VOCÊ SABIA?

Problematizar e intervir em sala de aula em meio a atitudes, falas ou expressões racistas também é construir uma educação antirracista? É, pois é! O trabalho de base e prevenção é o mais eficaz para que essas situações não aconteçam. Mas, isso não isenta o(a) professor(a) da responsabilidade de intervir caso venha a ocorrer. A lei nº 10.639/2003 se apresenta como aporte para essa educação que buscamos, uma educação livre de preconceitos, discriminação e racismo.

3

Geografias Negras como possibilidade para uma educação antirracista

3.1 Educação e identidade

A escola precisa estar atenta e trabalhar a História da África e dos afrodescendentes brasileiros em uma perspectiva diferente daquela que vem sendo abordada por séculos. É preciso resgatar a imagem do povo negro de forma positiva, em seus aspectos culturais e históricos, ancestrais, religiosos, de modo a construir e fortalecer as identidades desse grupo. As chamadas Geografias Negras buscam fazer esse resgate cultural e histórico através de narrativas negras, apontando para a necessidade de se fazer pesquisa com e para pessoas negras. Essa proposta é uma forma de construir uma educação verdadeiramente antirracista.



FALA PESQUISADOR/A

Guimarães, G. F (2020). *Geo-Grafias Negras & Geografias Negras*. Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 12 (Ed.Especi), 292-311. Recuperado de:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>





PARA REFLETIR...

**“O Brasil tem mais de 1,3 milhões de quilombolas;
quase 90% estão em territórios não titulados”**

Brasil de Fato / São Paulo / 27/07/2023

3.2 Mas, afinal de contas, o que são as Geografias Negras e como utilizá-las em sala de aula?

Geografias Negras apontam para uma perspectiva que privilegia a experiência da população negra. As Geografias Negras podem ser observadas e desenvolvidas em várias categorias geográficas, como o espaço urbano, o rural, nos estudos de população, no ensino, na educação e na escola, no ambiente, nas trajetórias e em suas diferentes espacialidades e territorialidades. Os textos envolvendo as Geografias Negras, indicados anteriormente, abordam narrativas sobre as relações desenvolvidas entre a população negra e as instituições brasileiras, gerando reflexões importantíssimas sobre os territórios, sobre a relação dessa população com a terra e também sobre os processos de des-

colonização do ensino e do currículo de Geografia a partir de conteúdos apontados pela lei nº 10.639/2003. Logo abaixo, temos alguns requisitos necessários para efetivação da referida lei que se enquadram na proposta das Geografias Negras:

- Publicação de livros didáticos nos quais o negro apareça como protagonista;
- A formação de professores e profissionais da educação para atuar numa perspectiva de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira;
- A promoção de programas que valorizem a produção e o conhecimento acadêmico dos estudantes negros;
- A publicação de diretrizes educacionais para orientar as escolas.



PARA SABER MAIS



Meritocracia racial

https://youtu.be/tvBIG_XG2Lw



Educação e identidade

<https://www.youtube.com/watch?v=heHBek3r9Ac&t=2130s>



Podcast Vozes da África

https://open.spotify.com/show/7lfq9uS_HkYpRCBiKMQHZLY?si=8e4ce8cf3a6b4e5c



Podcast Brasil Educação,
Episódio: Por uma
educação antirracista

<https://open.spotify.com/episode/1ZCv8bvF0KfAq0DA90hQas?si=eff982613ccc46df>

Considerações finais

Como professora e pesquisadora, acredito que pensar uma ciência geográfica baseada em uma educação antirracista e plural é o caminho para que possamos, um dia, alcançar uma equidade racial dentro da nossa sociedade, a começar pelas instituições de ensino, principais atores na construção da nossa base enquanto seres pensantes e agentes sociais ativos. E está evidente a necessidade de pensarmos essa ciência a partir de métodos, metodologias e epistemologias afrocentradas, para que, só assim, possamos também nos desenvolver enquanto profissionais comprometidos com uma educação verdadeiramente libertadora e livre de estereótipos, de preconceitos e de racismo.

Acredito firmemente na potência das Geografias Negras na construção e reconstrução da nossa educação. Por isso, espero que a produção desta cartilha possa contribuir, viabilizar e abrir caminhos para que profissionais e colegas docentes se sintam instigados na construção de uma educação baseada na ressignificação da produção de saberes, modificando assim, a realidade dos educandos, principalmente, dos educandos afrodescendentes. Que esta produção potencialize caminhos para toda uma geração!



Festejos realizados no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em Alagoas.
Fonte: Wikimedia Commons

Referências bibliográficas

GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

MOURA, Dayse Cabral de. *Leitura e identidades étnico-raciais: reflexões sobre práticas discursivas na educação de jovens e adultos*. Dayse Cabral de Moura. – Recife: O autor, 2010.

SOUZA, Lorena Francisco de. *As relações étnico-raciais na Geografia escolar: Desafios metodológicos e pedagógicos*. Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários / NURBA. Vol. 2 N. 2. Dezembro, 2016. p.04 – 19.

RATTS, Alex et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de Geografia. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v.8/9, n.1, 2007, p.45-59.

SILVA, Petronilha B. G. e. *Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras*. In: Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. pp.155- 172.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Raquel Teixeira Lyra Lucena
Governadora do Estado

Priscila Krause Branco
Vice-Governadora

Ivaneide de Farias Dantas
Secretária de Educação e Esportes – SEE/PE

Tarcia Regina da Silva
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ISBN 978-65-982933-6-9



9 786598 293369

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

